

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.588, DE 2001 (Apenso PL nº 6.927/2002)

Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, proibindo a cobrança de ligação telefônica interrompida por problemas técnicos e determinando a prévia anuência da Agência Nacional de Telecomunicações sobre as mensagens disponibilizadas aos usuários pelos prestadores de serviço de telecomunicações.

**Autor:** Deputado Henrique Fontana

**Relator:** Deputado Antônio Carlos Biffi

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe visa a alterar a Lei nº 9.472/97, vedando a cobrança de ligações telefônicas oriundas de aparelhos celulares interrompidas devido a problema de caráter técnico ocorrido por falha da operadora. Estabelece que, no caso de reclamação relativa a cobrança indevida, caberá ao prestador do serviço o ônus da prova.

Acrescenta, ainda, que as mensagens veiculadas pelas operadoras aos usuários, por meio do serviço de telecomunicações, dependerão, para a sua utilização, de prévia aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

O Projeto de Lei nº 6.927, de 2002, apenso, também pretende proibir a cobrança de ligação telefônica que seja interrompida por razões alheias ao usuário. No entanto, diferentemente do projeto principal, caberá ao usuário que tiver sua ligação interrompida comunicar o fato à

companhia telefônica, no dia da ocorrência, por meio de serviço de atendimento telefônico gratuito disponibilizado pela operadora.

Estabelece, também, que caberá à Anatel fiscalizar e normatizar o disposto no projeto, estando a agência autorizada a aplicar, no caso de seu descumprimento, multa equivalente a cem vezes o valor da ligação interrompida e indevidamente tarifada.

Os projetos foram apreciados pela Comissão de Defesa do Consumidor que se pronunciou pela aprovação do projeto principal e rejeição de seu apenso. Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática ambos foram rejeitados.

Não foram apresentadas emendas aos projetos, nesta Comissão, dentro do prazo regimental.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Conforme determina o art. 32, inciso IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 4.588, de 2001 e nº 6.927, de 2002.

Estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (art. 22, IV, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, XII, CF) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF).

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que as proposições em exame respeitam os dispositivos constitucionais inseridos no art. 5º, inciso XXXII, que assegura a defesa do consumidor por parte do Estado, na forma da lei, e no art. 170 que determina a observância do princípio de defesa do consumidor na ordem econômica.

Quanto à juridicidade, nada a opor.

Quanto à técnica legislativa, apresentamos emenda ao Projeto de Lei nº 4.588, de 2001, a fim de excluirmos a redação proposta para

o art. 1º uma vez que se limita a repetir o disposto na ementa. No caso de lei sucinta, a própria determinação já contém a indicação do seu objeto, sendo desnecessária a repetição no art. 1º.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.588, de 2001, e do Projeto de Lei nº 6.927, de 2002, com a emenda apresentada em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado Antônio Carlos Biffi  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.588, DE 2001** (Apenso PL nº 6.927/2002)

Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, proibindo a cobrança de ligação telefônica interrompida por problemas técnicos e determinando a prévia anuência da Agência Nacional de Telecomunicações sobre as mensagens disponibilizadas aos usuários pelos prestadores de serviço de telecomunicações.

### **EMENDA SUPRESSIVA Nº**

Suprima-se o art. 1º do projeto, renumerando-se os seguintes.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado Antônio Carlos Biffi